

**CIDADE, COTIDIANO, CIDADANIA: UM OLHAR AMBIENTAL**

**SOARES**, Maria Lucia de Amorim. – Programa de Pós-Graduação em Educação-Nível Mestrado – UNISO – [maria.soares@uniso.br](mailto:maria.soares@uniso.br)

**GT:** Educação Ambiental/ n.22

**Agência Financiadora:** Sem Financiamento

Para o homem comum, o Mundo, mundo concreto, imediato, é a Cidade, sobretudo a Metrópole. Despindo a roupa da Natureza e vestindo a roupa da Técnica, a Cidade, é objeto inteiramente histórico, impondo a idéia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem, tornando-se possível tratá-la de forma empírica, contábil, concreta (SANTOS, 1994).

A Cidade é o lugar em que o Mundo se move mais e os homens também, em movimentos de co-presença. A co-presença ensina aos homens a diferença existente entre eles e por isso a Cidade é o lugar da educação e da reeducação. Como dado ativo, lugar da educação e da reeducação ambiental, porque sendo crítica desde o seu nascimento, visto associar lógicas externas, trazidas pelas transformações mundiais, à lógicas internas, subordinadas às primeiras, a cidade vai se tornando *cidade sem cidadãos* (SANTOS, 1989). Daí, por exemplo, a rua, onde o estacionamento expulsou o jardim, tornar-se arena de conflito e não mais o lugar do encontro e da festa.

Na cidade a natureza está oculta. Como um produto fugaz do território a natureza torna-se fator de consumo, em consequência originando sua marginalidade, ou quando resta, por exemplo, como floresta urbana, sendo apreciada enquanto paisagem ou lugar para o ecoturismo. A natureza, vista como aquilo que não é produzido aparece como um valor de uso e, sob o capital, como valor de troca largamente explorado.

Quanto à biotecnologia, ao reproduzir a natureza por meio da manipulação genética de animais e vegetais, reduz as formas de vida a mera matéria-prima com a introdução de patentes de genes no mercado e a reivindicação de propriedade intelectual para os bioprodutos inventados. Desta forma, a natureza é, também, reproduzida pela sociedade.

Nesse contexto surge a problemática ambiental urbana, refletindo a cidade como objeto de um processo incessante de transformações que atingem áreas necessárias a realização das atividades modernas de produção e de circulação. Já que os recursos disponíveis, ou trazidos de fora, são orientados para essas transformações, o resto da cidade não recebe cuidados, sendo essa diferença de tratamento um dos fatores da crise ambiental. Santos tem razão ao afirmar que

Os novos objetos surgem para atender a reclamos precisos da produção material ou imaterial, criando espaços exclusivos de certas funções. À cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova sociedade moderna seletiva, cidade técnico-científica-informacional, cheia de intencionalidades do novo modo de produzir, criada, na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infra-estruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da tecnologia. (1994:76)

Quer se trate de metrópoles, de cidades médias ou pequenas, o fenômeno urbano traduz as circunstâncias da urbanização da sociedade. No Brasil, mais de 80% da população vive em cidades e, dentre os 20% que vivem no campo, os hábitos da vida urbana têm sido difundidos rapidamente. Desse constatar pode-se inferir que a educação ambiental, formal e não-formal, no seu aspecto de educação política, não pode perder de vista seus inúmeros e complexos desafios com relação à cidadania no cotidiano da vida urbana.

Os pressupostos elencados acima são aqueles que norteiam a reflexão deste documento no sentido de alavancar um pensar sobre as áreas urbanas, que têm sido vistas, tradicionalmente, do ponto de vista ambiental, como espaços mortos, ainda que tomadas como focos principais da problemática ambiental contemporânea – seja pela lógica da produção industrial e suas mazelas, seja pelos padrões de consumo que atuam intensamente na destruição e desperdício dos recursos naturais e humanos.

No que toca ao GT Educação Ambiental da ANPEd, pelo que acima foi exposto, e para avançar além da mera descrição das questões sócio-espaciais urbanas, a questão proposta para debate enseja ágil subsunção. À remissão aos textos desse grupo de trabalho, antes grupo de estudos, desde 2003, equaciona 37 textos e 05 pôsters, em todos eles ausentes o desafio da elucidação das metamorfoses urbanas, a produção de espaços e homens considerados supérfluos. Nessa perspectiva, ao ampliar nosso olhar e pensar a cidade e o cotidiano dos seres habitantes, tangenciando uma vinculação com a educação ambiental, os termos de incidência aparecem associados às relações de cidadania no interior da sociedade. Logo, uma questão de direito, relacionada à formação de um sujeito capaz de história própria, individual e coletiva ou seja, emancipatória.

A cidade é o lugar da revolta, da rebelião. O homem do campo ao exigir condições de financiamentos ou de preço para sua produção vai com seu trator para a cidade e

fecha a porta do banco. Este documento tem a mesma ambiência: pensar no e com o GT Educação Ambiental, da ANPEd, relacionando e articulando as quatro idéias – força, ou seja, a cidade, o cotidiano, a cidadania sob um olhar ambiental, para que a Cidade seja um lugar de cidadãos.

### **A Cidade, meio ambiente construído**

O meio ambiente construído se diferencia pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: *o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza* (SANTOS, 1994:73). É nesse sentido que se pode dizer que a cidade, teatro da existência de todos os seus moradores, aquela herdeira dos primórdios da história urbana, uma cidade plástica, foi superposta por uma cidade moderna seletiva, cidade técnico-científica-informacional, lugar onde os objetos contemporâneos são o suporte de ações racionais realizadas em bolsões de modernidade atual.

Nas aglomerações urbanas da fase anterior as mudanças ocorriam sem alteração intrínseca de seus objetos físicos, ainda que estes aumentassem em tamanho, em funcionalidade, e buscassem uma nova ordem. Novos modos de ser cidade se adaptavam às velhas formas de ser. Já as aglomerações urbanas atuais resultam de intencionalidades exigentes cujo paradigma são os edifícios e áreas inteligentes. Enquanto espaços preparados para exercer funções precisas as aglomerações contemporâneas criam “ecologias exigentes”:

Forma-se, assim, o fundamento de uma nova escassez, uma nova segregação espacial, uma nova teoria do valor e uma nova realidade da lei do valor. Mais ainda, cada lugar se torna capaz, em razão exclusiva de tais virtualidades, de transmitir valores aos objetos que sobre ele se constroem, do mesmo modo que os edifícios funcionalmente adequados transferem valor às atividades para as quais foram criados. (SANTOS, 1994:77)

O aumento desmesurado da cidade afeta o sistema de movimento, tornando-o anárquico, e a funcionalização de setores hegemônicos agrava a distribuição das atividades dos homens e dos seus ritmos. Graças à nova arquitetura e à qualidade técnico-científico-informacional do meio ambiente construído, a racionalidade urbana é somente a do lucro que se superpõe e deforma o sistema social e o sistema cultural, agindo sobre o restante, não hegemônico, do sistema econômico – os bairros periféricos,

os subúrbios, as ocupações de beira de rios e das baixadas insalubres, as favelas, as construções precárias em vertentes íngremes ou mesmo nos conjuntos habitacionais populares. É nesses espaços opacos, onde os tempos são lentos (SANTOS, 1996), adaptados às infra-estruturas incompletas ou herdadas do passado, que está o retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais, bem como dos graves problemas sócio-ambientais.

Há, portanto, dois níveis de territórios no concreto da cidade: as áreas “luminosas” constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõe e contrapõem às zonas “opacas” onde vivem os pobres:

Estas são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços de exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores, são espaços de lentidão e não de vertigens. (SANTOS, 1994: 83)

Aliados aos dois níveis de territórios, no concreto da cidade, há dois níveis de análise que se entrecruzam. O primeiro, já acima explicitado apesar de maneira breve, procura correspondência entre os elementos do processo social da modernidade implicados na mudança das formas de uso do tempo e em suas relações com a valorização do espaço, porque permite aprofundar a temática da segregação sócio-espacial, chegando à formação de territórios delimitados no urbano. O segundo nível diz respeito aos elementos que se instalam ao rés do cotidiano banal, a vida do dia-a-dia, onde ainda persistem tradições, hábitos e costumes, base e repertório de crises do povo e de onde podem ser recolhidos saberes, habilidades que podem virar produtos e coisas. E, aquilo que não vira, permanece como resíduo (LEFEBVRE, 1981), em relação ao movimento do mercado, podendo por vezes, integrar o folclore (SEABRA, 2004).

É a discussão do segundo nível, o cotidiano, a vida do dia-a-dia, que será objeto do pensar que se segue, tendo por base um raciocínio que pretende articular a formação do cotidiano urbano com as formas da segregação sócio-espacial. Como a natureza está aprisionada no cotidiano, ela reflete a forma como vem sendo tratada no campo do conhecimento técnico-científico, na vida cotidiana urbana e nas condições de cidadania existentes no concreto do país.

Daí vêm os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a natureza. Ao adotar um modelo técnico único, que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos, a mundialização do planeta unifica a natureza, momento

na qual suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas. A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial, que guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias. Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, sejam as de interesse longínquos ou próximos, mundiais ou locais. Unificada em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas, a natureza não é mais amiga, e o homem não é mais seu amigo.

### **Cotidiano Urbano**

O cotidiano do homem moderno é caracterizado pela repetição e pela tendência à homogeneização (LEFEBVRE, 1991). Esse fenômeno da vida cotidiana contribui na direção da normatização do viver a cidade, que deixa de ser entendida como produção e passa a ser entendida apenas como consumo. Considerando que a sociedade baseia-se no descartável, condição a que cada vez mais pessoas aderem, conseqüentemente necessitando de maiores quantidades de produtos, a capacidade de consumo torna este modelo, sobretudo nas cidades, um problema sócio-ambiental.

Em outras épocas da história as pessoas tinham uma rotina de afazeres, o seu dia-a-dia, mas não cotidiano. Para as pessoas, por mais árduas que fossem as tarefas, restava ainda o uso de sua criatividade, posto que o trabalho era artesanal, o que diferenciava os produtos produzidos e a forma de consumo desses objetos. O tempo era regulado pelos homens em sua relação com a natureza e não pelo relógio do cartão de ponto. Explicitando: não existia cotidiano no sentido a que se refere Lefebvre (1991), pois, o dia-a-dia, estava marcado pela irracionalidade, pelo culto aos deuses e à natureza, o que conferia a cada povo uma explicação e entendimento do mundo de maneira diferenciada.

O cotidiano a que Lefebvre (1991) se refere é marcado pelo racionalismo que derruba o mito da natureza e da magia, e cria um novo mito: o da cientificidade. Mito, pois a racionalidade e a tecnicidade passam a identificar-se como naturais (HORKHEIMER, 1985), sendo que ambas têm um lugar próprio para se estabelecerem: o meio urbano, levando em conta também o fato de que é ele que se produz. Racionalidade e tecnicidade entram na sociedade e contribuem para a produção da cidade. Fora dela não produzem mais que objetos isolados.

Como conceito, a vida cotidiana, diz Lefebvre (1989), sempre existiu, porém impregnada de valores, de ritos, de mitos. A palavra cotidiano designa a entrada dessa vida cotidiana na modernidade: o cotidiano enquanto objeto de uma programação cujo desenrolar é comandado pelo mercado, pelo sistema de equivalências, pelo marketing e pela publicidade. Acrescentando o conceito de “cotidianidade”, Lefebvre informa que ele ressalta o que é homogêneo, repetitivo, fragmentário na vida cotidiana: os mesmos gestos, os mesmos trajetos, mundo de manipulação, com respostas funcionais às situações de vivências, lugar onde o homem se movimenta com instantaneidade mecânica e com sentido de familiaridade nas ações banais.

Historicamente, o cotidiano urbano delineava-se à medida que a industrialização progredia e os trabalhadores preenchiam de vida os bairros de operários que se formavam, a cidade tornando-se o lugar do encontro da vida privada com a vida pública. Sobre os recém-egressos do campo se exercia o fascínio da cidade, tanto pela materialidade que guardava todos os tempos (as catedrais, os mosteiros, jardins e praças públicas), como pelas idéias que se tornavam ideais em circulação. A cidade era a promessa de um mundo melhor, mundo com novas possibilidades, principalmente para os migrantes rurais que deixavam os arados e as enxadas para trás.

Essa cidade foi sendo consumida antes os preceitos de uma sociedade tecnológica, industrial e de massas, afirmando positivamente a cidade, ao mesmo tempo que realizava a anti-cidade que, para além da materialidade urbana, era a negação do ideário civilizatório da cidade. Foi sobre esse plano que o cotidiano emergiu, cindindo, articulando dialeticamente o viver e o vivido.

Na vida cotidiana o viver corresponde à dimensão objetiva das práticas, enquanto o vivido, muito mais amplo, integra a subjetividade. A relação entre esses dois níveis forma a vida cotidiana que, como conceito, permite discutir os diferentes níveis que encerram a problemática da reprodução social. Nesse sentido, a ascensão da cidade significou um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo, do impessoal sobre o doméstico.

Isso coloca a questão de pensar que a cidade e a anti-cidade integram um único processo no qual as funções e atributos econômicos sobrepujam todos os outros, o que, em termos históricos correspondeu à formação da cidade capitalista. Em decorrência, alterou-se a disposição dos meios de vida: alimentos, vestuários, remédios, moradia têm que ser encontrados no mercado, onde são padronizados; maximizou-se o uso de bens e fatores produtivos; aprofundou-se a divisão social do trabalho, fato que repercutiu na

disposição dos meios de vida, desencadeando novas necessidades, aumentando o exército de trabalhadores e diversificando produtos. Essas totalizações constituíram-se na condição para que os fundamentos de relações propriamente de mercado, de domínio do valor de troca, se generalizassem.

Os contingentes de população urbana, precariamente urbanizadas ou não, além daqueles que continuam chegando, têm que se inserir nos territórios do urbano: espaços profundamente recortados pela propriedade, divididos ou fracionados e que estão funcional e estruturalmente articulados ao nível do cotidiano, através do consumo de mercadorias e do dinheiro. Confirmaram-se assim os fundamentos da desigualdade já que os territórios de uso no urbano são espaços de segregação consumada, sejam quarteirões bem equipados com alto valor imobiliário ou áreas precariamente urbanizadas. Dos primeiros, são exemplos os bairros jardins e os condomínios de luxo; dos segundos, são as ocupações de beira de rios com barracos de madeirit, de lona e plástico, as favelas ou as construções precárias em vertentes íngremes.

Fato é que essas contradições foram sendo acumuladas e permanecem nos fundamentos da existência dos pobres urbanos. Elas impõem estratégias e lutas para sobrevivência na cidade porque *para permanecer habitante há que ser morador, há que ser aquele que usa, que delimita territórios de uso* (SEABRA, 2004:183), sejam quais forem os graus de exclusão social a que estejam submetidos e os problemas ambientais que enfrentem. Pode-se afirmar, face ao estabelecido, a existência da cidade sem cidadãos.

## **A Cidadania**

Hoje, mais dramaticamente do que em outros momentos da história urbana, a segregação sócio-espacial ao realizar-se sob o processo de valorização do espaço, é percebida e vivida como contradição inerente à reprodução social. Por essa razão *a inclusão perversa (expressa nas subabitações, nas ocupações, nas favelas...) dos supostamente excluídos não passa despercebida e expõe à sociedade inteira, a problemática da urbanização como um problema de reprodução da vida* (SEABRA, 2004:193), logo de qualidade da vida, uma questão ambiental. Em decorrência, uma questão de cidadania atrofiada, mutilada.

Essa constatação permite afirmar que, em termos de conteúdos sociais da urbanização, a população pobre, trabalhadora e migrante, acomodou-se nas periferias ou

nas favelas, e a população de maior renda confinou-se em condomínios exclusivos. A primeira, configurando uma paisagem de grande homogeneidade nos bairros periféricos – sucessão infinita de casas cinzas, de blocos, com ausência total do verde, ou nos cenários plásticos das favelas arranjadas sincreticamente em estruturas polimórficas crescendo ao longo dos rios, das linhas férreas, nos mangues, nas encostas íngremes. A segunda, com belos prédios de apartamentos providos de inúmeros confortos como piscina para adulto, piscina para crianças, pergolados da piscina, salão de festas adulto, salão de festas infantil, salão de jogos juvenil, praça de apoio a festas, gazebos, *spa-fitness*, praça jovem, sauna, *playground*, *solarium*, *porte-cochère*, *lan house*, *street ball*, pista de caminhada, pista de *skate*, espaço *zen*, churrasqueira com forno de pizza, *pet care*, bar molhado, *garage band*, espelhos d'água, *home theater* e redário; ou em condomínios horizontais fechados com muita idealização do bucólico, propondo o cultivo dos próprios jardins em amplos terrenos, contra o barulho, a fadiga, a poluição e a insegurança existentes na cidade. A primeira, funcionando como suporte de um conjunto de atividades no interior dos prédios de apartamentos ou nos condomínios horizontais exercidas por cozinheiros, arrumadeiras, babás, jornalheiros, carteiros, jardineiros, porteiros, pedreiros, serventes, entre outras. A segunda, recebendo para trabalhar, em suas casas, os pobres oriundos das “zonas opacas”, para que em conjuntas práticas de viver registrem-se a instrumentalização e a cooptação da pobreza em seu próprio benefício.

Nas palavras de Diderot, *é a propriedade que faz o cidadão*. Entende-se, assim, que, para ser cidadão e exercer a cidadania, faz-se necessário o homem ser proprietário. Todos os outros que não tenham propriedade não são considerados cidadãos.

As raízes da idéia de cidadania encontram-se na Grécia, onde, pela primeira vez na história do Ocidente, realizou-se uma experiência de participação na vida da cidade, ainda que restrita apenas aos homens livres, excluindo escravos e mulheres. No entanto, foi somente com o processo de construção dos Estados Nacionais, na Revolução Francesa, que a idéia de cidadania passou a ganhar o significado moderno. Desde então, ela tem evoluído historicamente, podendo-se dizer que cidadania significa, hoje, a vida em sociedade, que respeita os direitos e efetiva os deveres dos indivíduos, dos grupos, das empresas, das comunidades, do Estado. A idéia de cidadania faz apelo a uma vida mais justa, mais democrática, com menos sofrimento, em um mundo do qual sejam erradicados os grandes males como fome, guerra, violência, ignorância, preconceito,



discriminação, e no qual saúde, educação, moradia, qualidade de vida e do meio ambiente e o entendimento entre etnias e nações sejam favorecidas e preservados.

Essa idéia parece, a primeira vista, simples de ser aceita e efetivada. No entanto, coloca uma questão fundamental, especialmente frente à cidade e ao cotidiano urbano. Como vem sendo explicitado nos itens anteriores, ela necessita, para realizar-se, de um projeto civilizatório que a sustente e aglutine os esforços dos indivíduos e segmentos da sociedade. Entretanto, os seres humanos, na atualidade, não têm mais um projeto civilizatório comum. Não há mais acordo sobre como atingir os objetivos para uma vida melhor e, mais radicalmente, sobre os sacrifícios a fazer para garantir sua efetiva concretização e sobre as mudanças que deveriam ser implementadas caso o projeto de cidadania deixasse a dimensão do discurso e das boas intenções e passasse a mobilizar, de fato, todos os segmentos da sociedade (TOURAINÉ, 1999).

Isso remete à idéia de que a democracia deve ser radicalizada para que o desafio ambiental urbano seja superado. Souza Santos (2002) tem chamado as democracias atuais de *democracia de baixa intensidade* e sugere que devemos *democratizar a democracia*. A expressão não poderia ser melhor para dar conta do desafio ambiental urbano, até porque, sendo o meio ambiente difuso e público e por comportar a totalidade natureza-cultura, não pode ser regido apenas pela lógica do capital, altamente expropriadora e desigual ao promover tanto a apropriação desmedida da natureza como a exploração dos indivíduos.

Cidadania é o direito de ter uma vida digna, de ser homem (COVRE, 1991). Santos (1987: 07) pondera: *A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna estado de espírito enraizada na cultura*. Santos (1987) está, com isso, expondo um elemento basilar da cidadania: o da conquista. É preciso que os “homens lentos das áreas opacas” (SANTOS, 1996) ainda que desprovidos das condições básicas para o início do processo de cidadania (por exemplo: educação, justiça social e liberdade) potencializem seus poucos recursos visando à mobilização política, uma vez que esse é o primeiro passo do caminho rumo à cidadania. Neste caminho, há certo tempo, aqui ou ali muitos jovens mostram a sua disposição de fazer a crítica da sua própria condição, nos mais diversos lugares, com uma linguagem própria (que muito se parece a um dialeto) efetivadas nas inscrições e nos desenhos murais (GRAFITIS), efetivado nas letras das músicas que compõem (RAPS) e nos passos extravagantes de seus bailados (BREAKS), formas de expressão no chamado movimento HIP HOP.

## **Limiar**

Relacionar e articular quatro idéias-força, cidade, cotidiano e cidadania sob um olhar ambiental, constituiu o objetivo central deste documento de aproximação teórica. Pelas matrizes argumentativas utilizadas, na busca de visibilidade dos desafios urbanos propostos em face dos dilemas da contemporaneidade, decorrentes da lógica capitalista de produção, é possível fazer a afirmativa que se vive um momento histórico com particularidades substantivas de grande impacto social; a contemporaneidade converge para potencialidades transformadoras de sentido libertário, no entanto, impõe relações humanas cada vez mais perversas de expropriação.

Sendo verdadeiro que todo espaço habitado pelo homem é um produto socialmente construído, no caso da cidade essa noção assume uma dimensão radical. Segundo dados do IBGE, de 2001, no Brasil há 3 milhões de domicílios, ou cerca de 12 milhões de pessoas que vivem sem água, e 23,9 milhões de domicílios ou 93 milhões de pessoas que não possuem qualquer serviço de coleta de esgoto, isso para citar apenas dois tipos de serviços urbanos. Assim, a análise das dicotomias presentes na cidade encaminham o foco deste documento para implicações políticas: “o direito à cidade” (LEFEBVRE, 1991), ao espaço do poder e da cidadania; a vida cotidiana e suas lutas políticas espacializadas; a produção social do espaço em suas múltiplas implicações, incluídas a reprodução das relações de produção na trama extensiva da cidade industrial explodida; a consciência ambiental das transformações profundas na compreensão do processo de produção e na organização econômica e espacial da sociedade. Entretanto, o impacto real dessa consciência sobre a cidade, enquanto ambiente construído, deixa ainda muito a desejar visto as áreas urbanas permanecerem como espaços mortos, ao nível das ciências e da educação ambientais.

Carrión (1986:193) diz que há uma ideologia ecológica ligada ao capitalismo ecológico, que não apenas faz naturais as relações sociais, mas se volta contra a população enquanto contrapõe jardins nos altos dos prédios e um ruralismo mítico de volta à natureza aos territórios de uso da população pobre. Essa interpretação naturalista da cidade, naturaliza a própria relação sociedade-natureza, confundindo pobreza com deteriorização ambiental, igualando a crise social e econômica à crise ambiental, muitas vezes culpando a vítima (SANTOS, 1990).

Não é todo descabido pensar a respeito da impossibilidade prática de uma conclusão a respeito da problemática enfocada. Permanecem em aberto inúmeras

questões. Todavia, na medida em que a cidade é, antes de tudo, uma forma de conteúdo com características que tem a ver com estruturas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais, ela deve ser o centro de atenções da educação ambiental.

Como no cotidiano urbano a natureza está oculta do ponto de vista da visão tradicional, ela não aparece enquanto recurso, matéria-prima e mercadoria, mas está implícita em todos os bens produzidos e consumidos pela sociedade: o alimento, a moradia, os eletrodomésticos, por exemplo. A separação entre cidade, cotidiano, cidadania e natureza marca a existência social da abstração que se concretiza na separação de uso e valor de uso como no esfacelamento do indivíduo e da fragmentação da família decorrente da rapidez do processo de transformação da cidade. Na cena final do filme *Avalon*, escrito e dirigido por Barry Levinson em 1992, assiste-se a prevalência desse efêmero na cidade:

Há alguns anos fui ver a casa em Avalon. Na estava mais lá. Não é só a casa, mas toda a vizinhança. Fui ver o salão onde eu e meus irmãos costumávamos tocar, também não existia mais. Não só ele, mas o mercado onde fazíamos nossas compras também. Tudo desapareceu. Fui ver lugar onde Eva morava. Não existe mais. Nem a rua existe mais, nem mesmo a rua. Então fui ver o clube noturno do qual fui dono e, graças a Deus estava lá. Por um minuto achei que eu nunca tivesse existido. (CARLOS, 1994:196)

Assim, quando o natural cede lugar ao artefato criado pela técnica, quando a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, é a cidade a área preta de ciência, tecnologia. Entretanto, a vida não é produto da técnica, mas da política enquanto ação que dá sentido à materialidade. Um olhar ambiental sobre o cotidiano citadino impõe-se então, como desafio de cidadania na elucidação das metamorfoses da sociedade contemporânea e das contradições sociais urbanas, não somente para interpretá-las, mas fundamentalmente para transformá-las. Como consequência, será possível socializar o ethos de uma sociedade ambiental no reverso da ambientalização da dimensão comportamental da sociedade industrial como se faz hoje.

## **Bibliografia**

CARLOS, A.F.A. A natureza do espaço fragmentado. In: **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

CARRION, F. Ecologia urbana en Quito durante la década de los setenta. In: IBARA, V. et al. **La ciudad y el medio ambiente en America Latina**. Mexico: El Colegio de México, 1986.

COVRE, N. de L.M. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **Idéias Contemporâneas: entrevistas do Le Monde**. São Paulo: Ática, 1989.

MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C.R. **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1995.

RODRIGUES, A.M. O Meio Ambiente Urbano – Algumas Proposições Metodológicas sobre a Problemática Ambiental. In: **Simpósio de Geografia Urbana – AGB**, Fortaleza-CE, 1995 (Mimeo).

SANTOS, B.S. **Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Nobel, 1990.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SEABRA, O.C.L. **Territórios do Uso: cotidiano e modo de vida**. Cidades: Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente: vol. 1, n.2, 2004.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.